

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória das Colônias Alemãs na Bahia no Século XIX

Lucelinda Schramm Corrêa*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo resgatar a memória de algumas colônias alemãs estabelecidas na Bahia do século XIX, com destaque para a sua região sul. A implantação de colônias germânicas deve ser inserida no contexto da política do estado português, depois brasileiro, de expansão da fronteira agrícola, e a sua conseqüente territorialização. Para além de incrementar a economia buscava substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, com a formação de uma classe média rural de origem européia. De acordo com a crença das autoridades políticas e intelectuais dos oitocentos, além do branqueamento da população, quase que totalmente composta por elementos não-europeus, ou mestiços, haveria o “aprimoramento moral” tendo em vista a “superioridade moral” dos imigrantes germânicos.

Palavras-chaves: Colônias alemãs, Bahia, Século XIX

Abstract: The goal of this work is to rescue the memory of a few German colonies established in the state of Bahia during the 19th century, with emphasis for its southern region. The implementation of German colonies should be understood in the context of the Portuguese, and later Brazilian, state's politics of agricultural frontier expansion, and consequently of its territory. Beyond of developing the economy, it was an attempt of replaces the slave workforce with free labor, with the formation of a rural middle class of European origin. According with the common belief of the authorities and intellectuals of that time, besides the “whitening” of the population, almost completely composed by elements of mixed or no European origin, it would also provides its “moral improvement”, in view of the “moral superiority” of the German immigrants.

Keywords: Germany colonies, Bahia, 19th century

O passado nos rodeia e nos satura, toda cena, todo enunciado, toda ação conserva conteúdo residual dos tempos passados...Séculos de tradição suportam cada instante de percepção e de criação, permeiam não somente os artefatos e a cultura mas as células de nossos corpos. (LOWENTHAL, 1985)

A memória é parte fundamental de qualquer trabalho referente a espacialidade humana. Da mesma forma a memória contribui para o estabelecimento de categorias espaciais, “intermediando o espaço objetivo, que se dá aos sentidos, e o espaço subjetivo, que é produzido e processado a partir das experiências imediatas e das experiências prévias”.(HOLZER, 2000) Assim, buscamos neste texto resgatar uma memória de colônias alemãs localizadas na Bahia no decorrer do século XIX¹.

* Doutora em História Econômica (USP), Universidade Federal Fluminense

¹ A não inclusão da mais importante dentre todas, a Colônia de Leopoldina, decorre do fato dela ter sido o objeto central de tese de doutoramento apresenta pela autora: **A torturante ausência de uma presença. A imigração**

A presença germânica no espaço baiano no decorrer do século XIX tem sido pouco estudada pelo mundo acadêmico. Entretanto, o fenômeno migratório de alemães para a Bahia não pode ser caracterizado como um fato isolado, pois ao longo do século ocorreu uma expressiva entrada de elementos de origem germânica no espaço baiano. E, mais ainda, a colônia Leopoldina, que pode ser considerada como uma das mais antigas, senão a mais antiga, dentre as colônias estrangeiras estabelecidas no Brasil, localizava-se na região sul da Bahia².

A instalação de colônias integradas por germânicos se insere numa política pública do Estado português/brasileiro mais ampla, que buscava atingir os mais variados objetivos, dentre os quais citamos a diversificação agrícola, a ocupação dos espaços vazios, a formação de uma classe média rural, e o branqueamento da população.

Devemos assinalar que as informações sobre estes empreendimentos são escassas e disponibilizadas por poucas fontes, e que em muitas das vezes há contradições entre os dados apresentados pelas fontes primárias e os demais. Os principais instrumentos de pesquisa foram os manuscritos encontrados na Biblioteca Nacional, documentos depositados no Arquivo Nacional, entre eles os referentes as Sesmarias da Bahia, documentos disponibilizados pelo Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras desenvolvido pela Universidade de Chicago (EUA), e textos de Handelman, Accioli, Vilhena dentre outros.

Segundo Edelweiss, apud Maximiliano de Wied-Neuwied, ao início do século XIX encontrava-se residindo, entre o Prado e Porto Seguro, o inglês Carlos Frazer e o alemão Feldner. Já von Martius descreve a Fazenda Almada de propriedade de Peter Weyll, a Fazenda Luisia de F. Schmid e Castel Novo pertencente a Borell, todas localizadas na comarca de Ilhéus. Antes do fim do período colonial em 1822, já haviam sido fundados dois empreendimentos de cunho colonial na comarca de Porto Seguro: Leopoldina e Frankental (ou Jacarandá?)³.

Entre os vários outros empreendimentos coloniais fundados na Província da Bahia ao longo do século XIX temos:

Almada:

Almada era o último povoado que se encontrava, ao início do século XIX, quando se subia o rio Taipe, que lança um braço, em direção ao norte, para um grande lago que se

alemã na Bahia do século XIX. Um estudo de caso. Tese de Doutorado. São Paulo: PPGH/USP, 2003.

² Estava localizada no município de Viçosa, hoje Nova Viçosa, no vale do rio Peruípe.

³ Nos documentos levantados aparecem as duas denominações.

estende por duas milhas entre lindas montanhas.

Von Martius em seu relato de viagem descreve a sua chegada a Fazenda Almada de propriedade de P. Weyll, alemão, situada a sete léguas na direção W-NW da Vila de São Jorge dos Ilhéus. Segundo o autor, Weyll integrou inicialmente a colônia alemã instalada por Freyreiss (Colônia de Leopoldina) às margens do rio Mucuri, na Província de Porto Seguro, e que após a morte do fundador transmigrou, e fundou a Fazenda Almada. Cita outros colonos alemães, vizinhos da Fazenda Almada. F. Schmid, de Stuttgart, na Fazenda Luisia e Borell, de Neuchatal, em Castel Novo. (SPIX, 1981: 179)

De acordo com o relato de Saint-Hilaire várias são as fazendas e casas no seu curso inferior:

Nas fazendas do Taípe, cultivava-se mandioca, arroz, cana-de-açúcar etc. mas, conforme eu já disse, não se produz mandioca em quantidade bastante para fornecer à vila de Ilhéus, prova manifesta da indolência e da falta de indústria dos habitantes. (...) O café dá muito bem nas margens do rio, e, mesmo assim, plantam muito pouco. (SAINT-HILAIRE, 1822: 337)

(...) Já era noite quando cheguei a Almada, último povoado que se encontra quando se sobe o Taípe. Fui recebido da maneira mais amigável possível pelo Sr. Weyl, proprietário havia pouco chegado da Holanda. (SAINT-HILAIRE, 1838: 337)

Há, portanto, divergências entre os autores quanto à grafia do nome e a nacionalidade do proprietário da Almada. Para von Martius é o alemão P. Weyll. Já Saint-Hilaire, além de o considerar holandês, dá outra grafia ao nome.

Entretanto Edelweiss reforça a perspectiva de von Martius:

Em Ilhéus o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied encontrou o primeiro colono germânico, Pedro Weyll, estabelecido no Almada e pouco antes chegado da Holanda. Não menciona outros imigrantes, embora dois anos mais tarde, em dezembro de 1818, Martius tenha encontrado mais dois e dê a entender que ali já se achavam por ocasião da passagem de Wied-Neuwied. Eram eles: um alemão de Stuttgart, chamado Schmid, na colônia Luisia, e um suíço, Borell, de Neufchâtel, na de Castelo Novo. O sr. Schmid estava então com visita, um conterrâneo. O sr. Scheuermann, que da Bahia o fora ver. Como Martius foi da Bahia a Ilhéus acompanhado de um sr. Schlüter, natural de Hamburgo, encontravam-se então no Almada, além dos srs. Weyl e Borrel, três alemães, dos quais dois visitantes de Salvador. (EDELWEISS, 1974: 595)

A dúvida quanto a grafia e a nacionalidade do proprietário da Fazenda Almada não pode ser dirimida, pois no Registro de Estrangeiros foi encontrado nenhum nome semelhante.

Colônia de São Jorge dos Ilhéus, ou São Jorge de Itabuna

Em Ilhéus, por volta de 1818 Pedro Weyll juntamente com seu sócio Saueracker⁴,

⁴Também não encontramos seu nome na Relação de Estrangeiros.

Juiz Ordinário no primeiro de Agosto do mesmo anno nenhuma resposta tive, manifesto algum aquella resolução, instei em 26 de Junho do anno passado pela execução do que V. Ex.^a. Ordenou, e então recebi o Officio junto da Camara de data de 30 de Setembro, a respeito do qual dei resposta da copia junta de data de 3 de novembro do anno passado, em virtude da qual encaminho agora a V. Ex.^a. a Camara a representação que me manda V. Ex.^a. informar, o que satisfaço como o expedido sobre o que resolverá V. Ex.^a. o que for servido. Nenhuma informação escrita posso dar a V. Ex.^a. do estado da Colônia Alleman porque não tendo me sido possível ainda ir nela, não tenho podido obter informação alguma official apesar do atos exigidos como V. Ex.^a. notará no fim da cópia da resposta que enviei a Câmara, porem tenho ouvido que daquela Colônia apenas existem alguns visto por ter morrido e se despovoado a maior parte, a lavoura creio não tem prosperado, e se alguma existe he esse muito pequeno ponto, porem a Camara daquela Villa satisfara melhor visto que não querido dar me informações que pedi. Deus Guarde V. Ex.^a. felizmente. Valença 22 de Junho de 1829.

O Ouvidor da Camara de Ilheos
Paraizo.

Francisco de Souza

Há, portanto, contradições entre o relatado por Edelweiss e Ribeiro e os documentos encontrados relativos aos fatos. O mesmo não ocorre com relação ao descrito no Relatório Provincial–Bahia de 1847, como se pode ler à página 19:

Antes de 1822 veio de Francfort para a villa dos Ilheos huma colonia de Alemães convidados por certo fazendeiro da mesma Nação. Estes infelizes forão abandonados em pouco tempo; e a maior parte delles succumbio á fome e á miseria , apesar de S. M. a finada Imperatriz, de saudoza memoria, mandado soccorrer com dinheiro estes desgraçados quando soube do triste estado a que forão reduzidos.

Também temos notícia de que:

(...) Pedro Weyll e Sauerracker obtiveram terras em Ilhéus e em 1822 estabeleceram 161 alemães, à margem do Cachoeira, iniciando plantação de cacau. Tudo isto, porém, quase fracassou, degenerando no regimen escravista ou pela dispersão, logo que faltou a subvenção e os adiantamentos em dinheiro. (CARVALHO apud LEMOS, 1993: 31)

Em 9 de maio de 1823, José Bonifácio⁶ (SILVA, 1880: 538) oficiou a José Joaquim Carneiro de Campos sobre a colônia de Ilhéus, e na sua conclusão solicitava a Assembléia Constituinte deliberasse sobre tão importante assunto e estabelecesse “(...) uma medida geral, que para o futuro sirva de legislação para o fomento de tão importante objeto” (Idem). Entretanto, a Assembléia foi dissolvida pelo Imperador pouco depois, e nenhuma ação pôde ser tomada.

Os colonos sofreram fortes privações e este núcleo colonial acabou por, nas palavras de Handelman, “(...) na sua maioria se dispersaram por todos os lados.(...) de sorte que á

⁶ Tendo a Câmara da Villa de São Jorge de Ilhéus, em officio de 31 de março do corrente ano, representado a Sua Majestade o Imperador que dois alemães ali estabelecidos não cumpriram a promessa, que haviam feito de dar terras e meios de subsistência a 98 pessoas, que mandaram vir de Francfort, sucedendo ficarem aqueles colonos desgraçados e morrendo à mingua; e que no dia 19 do dito mês desembarcaram ali mais 28 famílias com 161 pessoas. (SILVA, 1880: 538)

margem esquerda do riacho Cachoeira surgiu, de facto uma pequena colonia, que se occupa especialmente com a cultura do cacau(...)" (HANDELMANN, 1931: 457-458). Sua situação precária foi agravada pelos conflitos decorrentes do processo de independência, onde a Bahia se destaca pelo longo período de belicosidade entre "portugueses" e "brasileiros".

Colônia Sancta Januária.

Poucas referências foram encontradas sobre esta colônia: Handelman, Edelwiess, Ribeiro (2002: 159), no Relatório Provincial-Bahia-1847 e em documentos depositados na Biblioteca Nacional⁷.

Esta colônia foi formada por imigrantes irlandeses, num total de 222 indivíduos, segundo Handelman (1931:458)⁸, que tomaram parte de uma rebelião no Rio de Janeiro e foram, por ordem do imperador D. Pedro I enviados, no ano de 1828, para a povoação de Taperoá, próximo de Boipeda, e instalados às margens do rio do Engenho. Mas, apesar dos montantes investidos pelo governo brasileiro, assim se deduz pela leitura dos documentos, os colonos em pouco tempo se dispersaram. No Relatório Provincial (1847: 19) lê-se que "em 1829 ou 1830 outra colonia tentou-se estabelecer no termo da nova Boipeba; alguma despesa fez o governo, nada porem, se obteve e os Irlandeses que a compunhão forão se dispersando e acabarão na miséria".

Belmonte

Sobre esta colônia temos pouquíssimas informações. Para Handelman (1931: 458) ela foi fundada no rio da Salsa, braço do rio Jequitinhonha, na altura de Belmonte, em 20 de agosto de 1818, e que já não mais existia no ano de 1827. A Decisão N° 5-Brazil: Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 24 de Fevereiro de 1815⁹ por sua vez, "Determina a maneira porque se hão de fazer as medições, concessões das sesmarias aos colonos mandados povoar as margens do Rio Grande de Belmonte"¹⁰ o que leva a crer que a doação das sesmarias foi concedida aos colonos em 1815 e, que a instalação da colônia

⁷*Ofícios da Câmara Municipal de Valença e outros documentos relativos aos colonos irlandeses. Valença, 1828/1829. 8 doc. 10 f. FBN. Ms. II – 33, 20, 57.*

⁸Já Edelweiss dá um total de 100 famílias de imigrantes. Op. cit. p. 599.

⁹Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc., expedidas ao governador e mais tarde Vice-Rei do Rio de Janeiro de 1662 a 1821. Publicações do Arquivo Nacional.

¹⁰(...) se digne Sua Alteza Real ampliar para toda aquella Comarca as providencias da Carta Regia de 13 de maio de 1808 (...) pois que o rio Grande de Belmonte, que muito a este se avanta, exige a mais prompta povoação e cultura das suas margens, para maior facilidade, segurança e commodo dos seus navegantes, (...) Sua Alteza Real haja por bem ordenar que o mesmo Ouvidor assigne a cada um dos mesmos colonos o mencionado quarto de légua de terra em quadro de sesmaria, o qual elle fará medir e demarcar na cornformidade do sobredito alvará Alvará de 25 de Janeiro de 1809.

ocorreu entre esta data e a citada por Haldemann.

Colônias Carolina, Moniz, Theodoro e Rio Branco.

No ano de 1872 foi celebrado um contrato entre o governo imperial o conselheiro Policarpo Lopes de Leão e o comendador Egas Moniz Barreto de Aragão¹¹ para a introdução de imigrantes do norte da Europa. Para o estabelecimento das colônias foram adquiridas terras nas proximidades do rio Pardo (Carolina) e em Comandatuba, na comarca de Porto Seguro, no lugar denominado Porto do Mato à margem do rio Poxim (Moniz) e, em Una, às margens do rio Una na comarca de Ilhéus, onde foram estabelecidas as demais colônias.

O primeiro grupo de imigrantes alemães, num total de 155 indivíduos, partiu de Antuérpia, no navio Wangerland acompanhados por um sacerdote, um mestre-escola, um médico, um boticário e um enfermeiro. O Relatório Provincial-Bahia-1873 diz-nos que existiam “aproximadamente 1.600 colonos (...) Em sua maior parte, são da nacionalidade alleman, havendo, no entanto, um grande numero de polacos”. Segundo o mesmo relatório o estado da colônia se não é por “ora satisfactorio, não é também desanimador; ellas tendem a prosperar”. Entretanto ressalta que os imigrantes polacos são “demasiadamente exigentes e turbulentos”.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura-1874 (1874: 257) dos imigrantes introduzidos nas colônias parte retornou para Europa, outros foram se estabelecer em núcleos coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e apenas 283 permaneceram sendo 104 em Moniz, 133 em Theodoro (1874: 258),¹²29 em Rio Branco e 20 no núcleo Carolina. Porém não cita os motivos da dispersão dos imigrantes. Mais adiante, diz da inconveniência da manutenção do núcleo Moniz (Idem: 258) por serem seus terrenos de qualidade inferior, devendo seus moradores ser transferidos para o núcleo Theodoro, ou para lotes de terras no antigo aldeamento de S. Fidelis, próximo à cidade de Valença.

Em 1876, os núcleos Moniz e Theodoro já se encontram extintos, bem como o de S. Fidelis, restando apenas o núcleo Rio Branco, “para a qual forão transferidas as famílias allemãs restantes d’aquelles núcleos” (Relatório Provincial-Bahia, 1876: 107). A colônia Rio Branco pelo relatório aparece como próspera com plantações em larga escala, lotes demarcados e casas provisórias. O Relatório Provincial-Bahia, 1877 (1877: 61-63) trata das

¹¹O Decreto 5117 de 19 de Outubro de 1871 autoriza o “(...) o Conselheiro Polycarpo Lopes e o Commendador Egas Moniz Barreto de Aragão a importarem por si, ou por uma companhia que organisassem até dez mil emigrantes agricultores e trabalhadores ruraes, de procedência do norte da Europa, em execução do respectivo contracto, que celebraram com o Governo Geral, em 5 de fevereiro daquelle anno, e da lei provincial n. 1247”. Cf. Relatório Provincial-Bahia, 1872, p. 45.

condições da colônia Rio Branco em detalhes (1877: 61-63). Um ano depois o Relatório Provincial reporta que a colônia acha-se extinta, tendo seguido para o Rio de Janeiro “a seu pedido os colonos alemães que a constituíam. Esses colonos, em numero de 76 entre homens, mulheres e meninos, seguirão d’esta capital no dia 21 de abril findo” (Relatório Provincial-Bahia, 1878: 43)

Existem, portanto, discrepâncias entre os Relatórios Provinciais e do Ministério da Agricultura pois, de um ano para o outro, colônias consideradas com crescimento satisfatório são extintas.

Documentos posteriores demonstram a insistência no estabelecimento de projetos imigracionistas, com destaque para os voltados para a introdução do trabalho livre sob a forma de parceria. O assunto não deve ser alongado tendo em vista que foge aos objetivos deste trabalho, mas deve ser ressaltado que a presença destes diversos núcleos coloniais corrobora uma das hipóteses iniciais da pesquisa desenvolvida, que consistia no pressuposto que os projetos imigracionistas implantados na região sul da Bahia não poderiam ser considerados “espasmódicos”, pois temos a presença de um “continuum” temporal de aproximadamente um século, estendendo-se dos anos 10 do século XIX até o seu final.

Fontes:

Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc., expedidas ao governador e mais tarde Vice-Rei do Rio de Janeiro de 1662 a 1821. Publicações do Arquivo Nacional.

Ms. II – 33, 20, 57. FBN.

Ms. II – 34, 5, 54. FBN.

Fontes Impressas:

HANDELMANN, Henrique. **História do Brasil.** [1ª ed. 1859]. Trad. pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Nacional, 1931.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, 1835–1852.** 6º vol. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1940.

VILHENA, Luís dos Santos. **Na Bahia do Século XVIII.** Vol. II (Livro II). Bahia: Editora Itapuã, 1969, e **Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasilicas contidas em XX cartas.** Edição organizada por Brás Amaral e publicada pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1927.

Bibliografia:

CARVALHO, Austricliano. *Brasil Colônia e Brasil Império*, Tomo I. In LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil, 1824 – 1830.** Porto Alegre: Palmerinca, 1993.

EDELWEISS, Frederico G. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. In **II Colóquio de Estudos Teutos-Brasileiros**. FREYRE, Gilberto (Org.). Recife: Ed. Universitária/UFPe, 1974.

HOLZER, Werther. **Memórias de viajantes: Paisagens e lugares de um novo mundo**. GEOgraphica, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano II, nº. 03, Niterói/RJ,UFF/EGG, 2000.

LOWENTHAL, D. **The past is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779-1853). **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo (1822)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço dos Homens**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Discursos Parlamentares do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva**; publicados por João Corrêa de Moraes. Rio de Janeiro: Typ. de Molarinho e Mont'Alverne. 1880.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Spix e Martius**. 4ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

WIED, Maximilian, Prinz von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Internet:

<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>.

Relatório Provincial-Bahia-1847

Relatório Provincial-Bahia-1872.

Ministério da Agricultura-Bahia-1874.

Relatório Provincial-Bahia-1876.

Relatório Provincial-Bahia-1877.

Relatório Provincial-Bahia-1878: